

Economia e Socialismo

Revista Mensal de Economia Política

ANO IV / N.º 38 / MAIO, 1979 / 40\$00

**Cristãos face à Reforma Agrária:
«materialismo» cristão em
perspectiva?**

**O projecto constitucional
e a sua revisão**

**Angola nas vésperas
da independência** (conclusão)

**Crise do capitalismo e crise
da esquerda**

Economia e Socialismo

SUMÁRIO

EDITORIAL

Cristãos face à Reforma Agrária:
«materialismo» cristão em perspectiva? — Pág. 3 **Acácio Ferreira Catarino**

Uma Constituição para os portugueses (II) — Pág. 21 **António Vitorino**

Angola nas vésperas da independência (III) — Pág. 40 **Alves da Rocha**
Nelson Lourenço e Armando Morais

Crise do capitalismo e crise da esquerda — Pág. 50 **Lucio Magri**

Documento:

— Duas teses sobre a transição para o socialismo — Pág. 62

ASSINATURAS:

— Continente e Ilhas Adjacentes	{ Semestral	220\$00
	{ Anual	400\$00
		Via Aérea
— Espanha		500\$00 (12 n.º)
— Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Timor, Brasil		US \$16 (12 n.º)
— Europa		US \$16 (12 n.º)
— Outros Países		US \$18 (12 n.º)

Enviar pedidos de assinatura e outra correspondência para o
apartado 3186 — 1304 Lisboa Codex.

O pagamento de assinaturas pode ser feito por cheque ou
vale do correio.

Preço deste número — 40\$00

Angola nas vésperas da independência (III)

Alves da Rocha
Nelson Lourenço
Armando Morais

2.3 Indústria Transformadora

A indústria transformadora, dada a sua concentração geográfica (Luanda, Huambo, Lobito/Benguela e Huila), não sofreu directamente as consequências, em termos de decréscimo da sua actividade, do início da luta armada. O mesmo, porém, não se poderá dizer dos sectores ligados à construção civil ou aos transportes, cujo ritmo de produção foi afectado pela redução de actividade registada naqueles ramos.

O *III Plano de Fomento* consigna, pela primeira vez, como objectivo económico, o desenvolvimento de um processo de industrialização que visasse a valorização dos produtos agrícolas, da pesca e mineiros e a satisfação do consumo interno. Na realidade, as condições necessárias para este crescimento estavam criadas: por um lado, tinham sido removidas algumas barreiras legais que impediam a instalação, na colónia, de indústrias concorrenciais das existentes em Portugal (têxteis, cervejas, etc.) e, por outro, a dimensão demográfica do mercado interno aumentava com o crescente afluxo de emigrantes portugueses e suas famílias, bem como com a chegada e instalação da estrutura militar. Os resultados não se fizeram esperar. Enquanto até 1967 o PIB (a preços de mercado) das indústrias transformadoras não aumentou senão, em média, 11 %, regista um impulso de 23,7 % em 1969 e 15,2 % em 1970, isto a preços constantes de 1963. Igualmente significativa é a evolução da participação do PIB das transformadoras no PIB total, pois duma proporção de 7,8 % em 1967 e 1968 sobe para 8,7 % e 9,1 %, respectivamente em 1969 e 1970.

Vejamos um pouco mais em pormenor qual a composição da indústria transformadora:

- a) Em termos de VBP, a estrutura da indústria transformadora pouco se alterou entre 1966 e 1971, representando a alimentação, as bebidas, os têxteis e vestuário e as transformadoras diversas, em qualquer um dos anos, 70 % do valor total da produção; em contrapartida, as metalúrgicas e as máquinas e material de transporte não iam além de 3 % em 1966 e 11 % em 1971^(*).
- b) Em termos de capitais investidos são, do mesmo modo, os sectores referidos que absorveram o maior quantitativo (1971):

Alimentação, Bebidas, Têxteis e Vestuário e Diversas	69,9 %
Metalúrgicas, Máquinas e Material de Transporte	8,4 %

- c) A mesma constatação é feita em relação ao número de trabalhadores, tendo aquele conjunto de sectores absorvido, em 1971, 79,7 % do total da força de trabalho do sector da indústria transformadora.

Como se constata, a estrutura da produção privilegia as indústrias alimentares, de bebidas, têxteis e calçado e derivados do petróleo, enquanto relega para lugar secundário e marginal as indústrias/sustentáculo de um crescimento económico integrado (químicas e metalomecânicas pesadas). Isto quer dizer que o significativo surto de crescimento neste sector visou, principalmente, os artigos de consumo corrente. Dadas as características e o preço desses produtos, os mesmos tinham um destinatário certo — aquele cujos hábitos e rendimentos lhe permitiam incluí-los no seu orçamento familiar.

As justificações que então foram apresentadas como suficientes à compreensão do fenómeno — aumento da procura solvível e desejo, por parte das autoridades, de limitar as importações — não permitiram, no entanto, compreender a razão de ser, exactamente nessa altura que ocorre esse progresso notável das indústrias transformadoras. Por outro lado, não se vislumbram os fundamentos de uma polí-

(*) Este aumento de importância deve-se, fundamentalmente, à instalação de linhas de montagem de automóveis.

tica de contenção de importações, quando, a resultar, as consequências seriam mais sensíveis para Portugal do que para outro país qualquer, dada a posição cimeira que sempre ocupou na lista dos principais fornecedores de Angola.

De facto, é preciso ligar aquela evolução à nova política colonial que Portugal está disposto a empreender em Angola (transformação parcial do pacto colonial até aí seguido). Dum lado e conforme já anotado, havia todo o empenho em acelerar o povoamento branco e aumentar a sua base económica — condição necessária à estabilidade do colono e que o levaria a optar definitivamente pela permanência no território, situação esta, por sua vez fundamental à manutenção e consolidação da soberania portuguesa — e, do outro, há a necessidade/vantagem de diversificar as actividades de acesso dos capitais estrangeiros — condição importante à obtenção de apoios militares, diplomáticos e financeiros — o que determina que se libertem fundos em divisas para pagamento dos equipamentos industriais que se torna necessário adquirir ⁽¹⁰⁾.

A este aumento da base económica, necessário à adaptação e sobrevivência do sistema dentro das novas condições criadas pela luta de libertação nacional, corresponde um crescimento numérico do proletariado e do lumpen-proletariado, qualquer deles de origem camponesa e ainda fortemente ligados, sob o ponto de vista cultural, à sociedade donde provinham.

A exploração de que era alvo o proletariado é patenteada pelo nível médio de salários do trabalhador não qualificado ⁽¹¹⁾ e, genericamente, pela participação dos salários no PIB (a preços de mercado) da indústria transformadora (dados para 1970, cf. *Estrutura e Planeamento Industrial*, SPIE, Luanda).

Salário médio	10 contos (ano)
Produtividade média	51 contos (ano) ⁽¹²⁾
Salário médio mais elevado (sector de máq. e mat. de transp.)	24 contos (ano)

⁽¹⁰⁾ Estes fundos também eram necessários ao pagamento do material de guerra.

⁽¹¹⁾ Grupo este constituído integralmente por trabalhadores negros. No grupo dos trabalhadores qualificados há brancos e negros, não sendo, no entanto, possível segmentá-los.

⁽¹²⁾ Diz respeito a todo o pessoal (técnico, administrativo e operário).

Salário médio mais baixo (sector dos têxteis e calçado)	8 contos (ano)
PIB (a preços de mercado)	2 464 088 contos (a preços de 1963)
Montante de Salários (inclui todo o pessoal) ...	1 200 000 contos
Salários/PIB	48 %

O pessoal técnico, administrativo e de escritório auferem, em média, um salário 10 a 15 vezes mais alto que o do pessoal não qualificado.

O operariado industrial angolano estava disperso por três grandes pólos de crescimento: Luanda, Lobito/Benguela e Huambo. É difícil e talvez arriscado avançar dados concretos sobre o seu quantitativo. Os documentos oficiais (*IV Plano de Fomento*, por exemplo) apontavam o número de cerca de 60 000 trabalhadores, englobando já o pessoal técnico, administrativo e de escritório.

Outros documentos (por exemplo, *Estrutura e Planeamento Industrial*, SPIE, 1971) referem o número de 71 200 em 1967. Não nos custa a admitir que em 1973, dado o surto de crescimento industrial verificado após 1968, este número andasse em redor dos 110 000 trabalhadores espalhados por 2000 médias e grandes empresas em poder do capitalismo internacional e português e da burguesia colonial de altos rendimentos (cerca de 90 000 trabalhadores) e 5000 pequenas fábricas e oficinas pertencentes à burguesia colonial de fracos rendimentos e, em percentagem muito reduzida, à pequena burguesia angolana (cerca de 30 000).

Se a este proletariado urbano-industrial adicionarmos os trabalhadores das minas, da construção, da pesca e dos transportes e os assalariados agrícolas (proletariado rural) obteremos um número que deverá rondar os 450 000 trabalhadores produtivos, o que constituía, em 1970, 17,6 % da população activa. Se bem que a percentagem seja fraca e toda a análise que sobre o proletariado se fizesse teria de levar em consideração os seus aspectos qualitativos, não podemos deixar de assinalar o seu significado no contexto africano, constituindo já uma das classes operárias numericamente mais importantes de África.

A despeito do local preferido e privilegiado de actuação do movimento libertador serem as zonas camponesas — foi, aliás, a classe camponesa a principal fornecedora das forças guerrilheiras — o proletariado urbano, como classe impor-

tante, no quadro social angolano, não se marginalizou da luta de libertação. A implantação e actuação das células clandestinas nas cidades são disso um sintoma. Mais do que uma função mobilizadora, as células clandestinas exerceram uma actividade de consciencialização dos trabalhadores, chamando a sua atenção para as condições de vida e de trabalho que o mecanismo capitalista lhes impunha. O desenvolvimento assimétrico e desigual do território determinou uma forte concentração industrial, o que, por sua vez, favoreceu a aglomeração dos trabalhadores. Este facto funcionou como o embrião duma consciência de classe, ainda primária, cuja expressão política não ia além das reivindicações de natureza económica, que marcaram os meses seguintes ao 25 de Abril de 1974.

Pensamos que o número relativamente elevado do operariado angolano revela, por um lado, um grau de crescimento económico superior ao da maioria dos países africanos e, por outro, a existência de condições de lançamento do processo de implantação do socialismo, aspecto este favorecido pela prática de uma guerra revolucionária.

3. O COMÉRCIO EXTERNO

Como último elemento da base económica que nos propomos referir está o comércio externo, sector que assume uma importância marcante em países de economia deformada e explorada como Angola, quer porque praticamente toda a actividade económica se organiza e vive em função das exportações e importações, quer porque reflecte, necessariamente, as características de cada um dos sectores produtivos referidos nos *items* anteriores.

Com efeito, a balança comercial dá-nos uma ideia da dependência e da exploração económico-comercial a que Angola esteve sujeita, o saldo dos invisíveis correntes mostra-nos o montante de mais-valia com destino para o exterior, o que significa uma dedução importante ao PNB, com reflexos negativos na taxa de acumulação e a diferença entre as operações de capital entradas e saídas destaca a penetração de capitais externos, conducente à criação de situações de dependência política e económico-tecnológica.

A despeito do surto de crescimento industrial verificado a partir de meados da década de 1960, com fundamental incidência nas indústrias ligeiras, Angola viu agravarem-se as suas características de economia extrovertida e exportadora de matérias-primas agrícolas e minerais e de economia desar-

ticulada e desequilibrada, já que a indústria ligeira implantada estava fortemente virada para a finalização de produtos semiacabados importados.

Seria de pensar que a luta de libertação nacional tivesse provocado consequências negativas ao nível das trocas externas. Porém, as estatísticas de 1961 até revelaram um saldo positivo na Balança Comercial de 606 mil contos. No entanto, uma análise um pouco detalhada revela quais as suas causas. Por um lado, as exportações de café só não diminuíram — como sucedeu com o algodão e as madeiras e seguindo igual tendência verificada na sua produção — uma vez que se recorreu aos *stocks* que corresponderam a uma colheita (passaram de 87 mil toneladas em 1960 para 118 mil toneladas em 1961) ⁽¹³⁾. Por outro lado, o progresso registado na extracção dos diamantes, ao passar de 934 mil para 1 277 mil quilates, assegurou um acréscimo de receitas da ordem dos 170 mil contos.

Pelo contrário, as importações são caracterizadas por uma baixa importante, reflexo duma retracção no consumo, provocada pelo abrandamento no ritmo das actividades económicas, pela desorganização do comércio e pelo movimento das populações (quer angolanas, quer europeias). De facto, nota-se uma diminuição sensível nas importações que passaram de 3670 mil contos em 1960 para 3268 mil contos em 1961.

Parece poder concluir-se que até em relação ao comércio externo, o sector moderno da economia angolana não foi gravemente atingido pela guerra, recaindo, uma vez mais, sobre a população angolana o essencial das consequências, nomeadamente quanto à diminuição da produção tradicional e do consumo.

A Balança Comercial de Angola apresentou sistematicamente um saldo positivo de 1961 a 1973, com excepção apenas de 1967 e 1968, anos do grande arranque da indústria ligeira e da intensificação dos investimentos na extractiva. A partir de 1969, o saldo é fortemente influenciado pelo arranque em pleno da exploração do petróleo em Cabinda, tendo este mineral contribuído, em 1973, com 5800 mil contos, ou seja, 30,1 % do valor total das exportações. Aliás, 1973 é o ano que, dum lado, marca o fim do ciclo do café (depois de durante 27 anos ter ocupado a posição cimeira das exportações angolanas) e, do outro, inicia o ciclo do petróleo.

⁽¹³⁾No entanto, a cotação deste produto sofreu uma quebra de 18,6 %, passando de 14 500\$00 a tonelada em 1960, para 11 800\$00 em 1961.

A Balança Comercial com Portugal foi sempre negativa de 1961 até 1968, para a partir daí se tornar positiva. Esta tendência não é alheia ao esforço de industrialização e de exploração dos recursos agrícolas e minerais que fez apelo à importação de bens de equipamento, para os quais Portugal não tinha capacidade de produção, nem à sistemática perda de posição de Portugal como fornecedor. Esta situação contrasta com a dos outros países, em relação aos quais a balança se apresentou sempre positiva, excepção feita aos anos de 1967, 1968 e 1969, pelas razões já aduzidas (países de destino das matérias-primas agrícolas e minerais e fornecedores dos principais meios de equipamento e de matérias intermediárias).

A posição cliente de Portugal mantém-se, praticamente, sem alteração (20 % em 1961 contra 25,4 % em 1973), enquanto a sua posição como país fornecedor é drasticamente reduzida, passando de 44 % em 1961 para 35 % em 1970 e 26 % em 1973.

Saldos comerciais

[QUADRO N.º 9]

(mil contos)

	Total (a)	c/ Portugal	c/ Outros Países
1961	+ 606	- 686	+ 1 212
1962	+ 366	- 759	+ 1 148
1963	+ 519	- 767	+ 1 269
1964	+ 1 153	- 553	+ 1 627
1965	+ 146	- 638	+ 708
1966	+ 412	- 278	+ 637
1967	- 1 071	- 518	- 735
1968	- 922	- 498	- 600
1969	+ 126	+ 75	- 200
1970	+ 1 578	+ 445	+ 890
1971	+ 19	- 134	- 58
1972	+ 3 195	+ 1 147	+ 1 742
1973	+ 5 889	+ 1 360	+ 4 247

Fonte: *Estatísticas do Comércio Externo de Angola*.

(a) Não coincide com a soma dos parciais, já que não incluímos o comércio com as outras ex-colónias.

As exportações de Angola eram constituídas, em 1973, por cerca de 40 produtos que perfaziam 98,8 % do valor total das vendas ao exterior naquele ano. Destes 40 produtos, os 14 primeiros da lista das exportações representavam 92,1 %, enquanto os 4 primeiros, (petróleo, café, diamantes e ferro), 73,3 %. Como se constata, longe de se atenuar, a dependên-

cia comercial, reflectida pela concentração de produtos, acentuou-se em relação a 1960 e nem o esforço de industrialização entretanto encetado teve o condão de a reduzir. Aliás, é compreensível que assim fosse, uma vez que a indústria ligeira implantada não obedecia aos requisitos de integração vertical, laborando à base de matérias-primas e intermediárias importadas. Angola mantinha em 1973 as características de exportador de matérias-primas minerais e agrícolas (petróleo + diamantes + ferro + café + algodão + sisal = cerca de 80 % do valor total das exportações). A agricultura tradicional participava na exportação com o milho, algodão, feijão, tabaco e arroz, se bem que também fossem culturas praticadas pelo chamado sector empresarial.

Estrutura das exportações em 1973

Produtos minerais	47 %	(petróleo, diamantes, ferro, granito, fósforo, basalto e sal-gema)
Produtos agro-pecuários e da pesca em bruto	41,6 %	(café, madeira, peixe fresco, milho, algodão, tabaco, etc.)
Derivados da pesca	4,9 %	(farinha e óleo de peixe)
Bens industriais	2,7 %	(fuel, pasta de papel, cimento, gasolina, gás-óleo e pneumáticos)
Produtos agrícolas manufacturados	2,6 %	(açúcar, conservas de peixe, madeira em obra, óleo de palma, conservas de fruto, bagaço de oleaginosas, etc.)
Total	98,8 %	

A concentração geográfica das exportações era igualmente reveladora da dependência comercial assinalada. Em 1973, cinco países (EUA, Portugal, Canadá, Japão e RFA) representavam 77,5 % dos mercados externos. O peso mais importante pertencia aos três primeiros países que detinham 63,5 % das exportações de Angola. É importante assinalar

que a descida espectacular da Inglaterra a partir de 1964 (associada à subida não menos excepcional de Portugal) se ficou a dever ao desvio do circuito tradicional dos diamantes. Enquanto até aí os diamantes eram encaminhados directamente para a Inglaterra, a partir de 1964 os mesmos são exportados para Portugal e daqui reexportados para a Inglaterra. O pagamento a Angola era feito em escudos portugueses, enquanto o Reino Unido entregava a Portugal, em contrapartida dos diamantes, libras esterlinas. A justificação que na altura foi dada para a alteração operada, fundamentou-se na constituição, em Lisboa, da DIALAP (Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes), cujo objectivo era a lapidação dos diamantes de Angola. No entanto, esta indústria só entrou em laboração passados 4 ou 5 anos não lapidando senão uma pequena percentagem das quantidades de diamantes vindas de Angola, parecendo, portanto, lícito concluir-se que se tratou mais de um estratagema para Portugal aumentar as suas reservas em divisas.

No que se refere às importações, a sua estrutura assinala, em 1973, uma significativa alteração, em confronto com a dos anos 60. Na realidade, se bem que ainda preponderante, o peso dos bens de consumo era de apenas 32,3 %, enquanto que a importação de bens de equipamento representava 29,1 % e a de matérias-primas 38,6 %. De salientar a situação caricata de Angola ser a um tempo exportador e importador de matérias-primas, só explicável pela natureza do sistema colonial e pelos objectivos dos capitais estrangeiros. Os bens de consumo eram na sua quase totalidade de origem portuguesa. Aliás, Portugal mantinha-se à cabeça da lista dos principais fornecedores de Angola (26,4 %), seguido da RFA (13 %), EUA (9,5 %) e Inglaterra (7,7 %).

Preços médios

[QUADRO N.º 10] (contos/tonelada)

	Exportação	Importação
1960	2 773\$00	7 051\$00
1965	2 961\$00	13 022\$00
1970	1 009\$00	11 735\$00
1973	1 240\$00	12 573\$00

Fonte: Estatísticas do Comércio Externo de Angola.

Os preços médios por tonelada exportada e importada revelam o carácter desigual da troca, facilitada pelo controlo

que os grandes grupos económicos exerciam sobre as fontes de matérias-primas agrícolas e minerais e pelo domínio político sobre a potência colonizadora. Acresce que a importação, por Angola, de produtos que lhe eram vendidos acima do seu valor agravava ainda mais a desproporcionalidade nas razões de troca. Com efeito, se em 1960 era necessário exportar duas toneladas para se importar uma, em 1973 esta proporção sobe para dez. Este desequilíbrio patenteia que era através do comércio desigual que se procedia à transferência da mais-valia e os números referidos não escondem que talvez seja a fonte mais importante de fuga de valor gerado em Angola. Estas deduções ao produto nacional diminuíram, irremediavelmente, a capacidade de autofinanciamento da economia angolana e os lucros fáceis assim obtidos estimularam o saque e a pilhagem de recursos, desequilibrando-se e desarticulando-se ainda mais a estrutura económica de Angola. Chama-se a atenção para o facto de a deterioração nas razões de troca coincidir com a «nova» política colonial portuguesa e com a abertura da economia aos capitais estrangeiros.

Saldo dos invisíveis correntes

[QUADRO N.º 11] (mil contos)

1966	1967	1968	1969	1970
400,4	329,6	502,6	824,3	736

Fonte: Serviços de Planeamento e Integração Económica de Angola.

Infelizmente, a troca desigual não foi a única forma de que o sistema colonial-imperialista se socorreu para extorquir a parte mais significativa da mais-valia gerada. O saldo dos invisíveis correntes traduz a forma mais directa de colocação no exterior dos excedentes produzidos internamente. Entre 1966 e 1970 foram transferidos cerca de três milhões de contos.